



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PARECER JURÍDICO

PROCESSO: 9484/2021

ASSUNTO: PLV 200/2021

1 – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei (PLV), o qual *“Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.844, de 09 de janeiro de 2015, que trata sobre viagem e concessão de diárias e passagens a Vereadores e servidores da Câmara Municipal do Rio Grande.”* Processo chega para parecer instruído com as seguintes peças: (1) projeto, (2) despacho da relatoria enviando o feito para parecer jurídico.

2 – PARECER

O proponente pretende, basicamente, realizar alterações na Lei nº 7.844, de 09 de janeiro de 2015, a qual dispõe sobre viagem e concessão de diárias e passagens a vereadores e servidores da câmara municipal do rio grande, a criação do banco de milhagens aéreas e dá outras providências.

Ocorre que há certa peculiaridade na questão.

Explica-se:

Esta mesma Lei prescreve em seu artigo 4º que os valores das diárias de viagem serão regulados mediante Resolução de Mesa da Câmara Municipal. Em seu art. 5º, a Lei fala que *“o requerimento de diárias deverá observar formulário padronizado definido por Resolução de Mesa.”* Logo após, a mesma ainda fala que *“o pagamento de diárias, nos termos desta Lei, deverá ser solicitado através de processo administrativo próprio, conforme modelo disciplinado em Resolução de Mesa da Câmara Municipal.”* Itens sugeridos como acréscimo pelo proponente já constam na Lei, como exemplo também veja-se o parágrafo único do art. 1º, que diz que as despesas não previstas na Programação Mensal deverão ser devidamente motivadas expressamente pelo requerente, e autorizadas em ato fundamentado pelo Presidente da Câmara Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

Entende-se que é possível – logicamente – a implementação de mudanças na 7.844/15, todavia, deve o proponente retirar a questão da regulamentação por resolução e/ou readequar a redação, ou ater-se estritamente à mudanças que não em matérias que a própria lei determinou a regulamentação por resolução.


3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela inviabilidade da proposição da forma como posta.

4 – PESQUISA DE LEGISLAÇÃO

Prejudicada, face à inviabilidade - parecer acima.

Rio Grande – RS, 07 de outubro de 2021


Lucas Fernandes Pompeu

OAB/RS 70.441


Roger Martins da Rosa

OAB/RS 65.589